



04 DE FEVEREIRO DE 2019 Segunda-feira

- MENOS DE UM QUINTO DAS EMPRESAS REALIZA EXPORTAÇÕES TEMPORÁRIAS
- 'INDÚSTRIA PODE CRESCER SE GOVERNO APROVAR CONCESSÕES E REFORMAS', DIZ ECONOMISTA
- CRISE ARGENTINA E VALE DEVEM TRAVAR CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA ESTE ANO
- É PRECISO PLANO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
- INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL FAZ TRABALHO DE CONTADOR
- INDÚSTRIAS DE SÃO PAULO QUEREM ENTRAR NA JUSTIÇA CONTRA REAJUSTE DE PREÇO DO GÁS
- SINDICATO DE METALÚRGICOS VENDE SEUS CARROS COM DESCONTO DE 40% PARA DIRETORES
- GM USA NÚMERO VELHO DE INVESTIMENTO PARA PEDIR INCENTIVO AO GOVERNO DE SP
- GOVERNO DE SÃO PAULO ESTUDA MINIRREFORMA TRIBUTÁRIA ÀS MONTADORAS
- DESEMPREGO ELEVADO FAZ DISPARAR O NÚMERO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS
- ACORDO EXTRAJUDICIAL SALTA DE 1,7 MIL PARA 33,2 MIL APÓS REFORMA DA CLT
- EMPRESAS DEIXAM DE NOTIFICAR DOENÇA MENTAL
- GUEDES DESACELERA ABERTURA COMERCIAL EM TROCA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- IPCA PARA 2019 PASSA DE 4,00% PARA 3,94%, APONTA FOCUS
- IPC-S FECHA JANEIRO COM ALTA DE 0,57%, REVELA FGV
- IPC-FIPE SOBE 0,58% EM JANEIRO, DEPOIS DE AVANÇAR 0,09% EM DEZEMBRO

- APENAS 4 EM CADA 10 FUNDOS DE AÇÕES RENDERAM ACIMA DO IBOVESPA EM 2018
- CASO VALE ILUSTRA O RISCO DE INVESTIDOR COMPRAR AÇÃO DE APENAS UMA EMPRESA
- TAXAÇÃO DO AÇO BRASILEIRO PODE PARAR NA OMC
- VENDA DE CARROS CRESCE 10% EM JANEIRO
- KIA MOTORS CRESCE 43,9% EM JANEIRO
- FORD ADOTA NOVA FERRAMENTA 3D PARA DESIGN DE VEÍCULOS
- GM EXPLICA INVESTIMENTOS E NEGOCIA NOVO CICLO DE R\$ 10 BILHÕES DE 2020 A 2024

CÂMBIO		
EM 04/02/2019		
	Compra	Venda
Dólar	3,664	3,665
Euro	4,186	4,188

Fonte: BACEN

Menos de um quinto das empresas realiza exportações temporárias

04/02/2019 – Fonte: CNI

Segundo pesquisa da CNI, cenário reflete o desconhecimento sobre a modalidade e sobre o uso do documento ATA Carnet, que isenta essas operações de impostos. Exportações temporárias contribuem para a internacionalização das empresas.

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) revela que apenas 19,3% das empresas brasileiras exportadoras realizam exportações temporárias. Essa modalidade de exportação é realizada, principalmente, para apoiar a participação das empresas em feiras, exposições e congressos e para o envio de amostras comerciais.

O diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi, explica que o documento ATA Carnet, que suspende a incidência de impostos sobre a permanência temporária de produtos e equipamentos, foi implementado no Brasil há pouco tempo e as empresas ainda precisam conhecer os benefícios que ele oferece.

Segundo a pesquisa, 83,5% das empresas não conhecem o ATA Carnet. Das que conhecem o documento, 3,9% o utilizam. Abijaodi afirma que, diferentemente do que ocorre em países concorrentes, as empresas brasileiras ainda não possuem o hábito de levar seus produtos para demonstrar no exterior. Economias como Alemanha, Estados Unidos e Suíça têm essa prática consolidada.

“As empresas precisam ver a modalidade de exportação temporária como um instrumento do processo de internacionalização e como um diferencial de competitividade. Quando uma empresa leva o produto para ser experimentado lá fora,

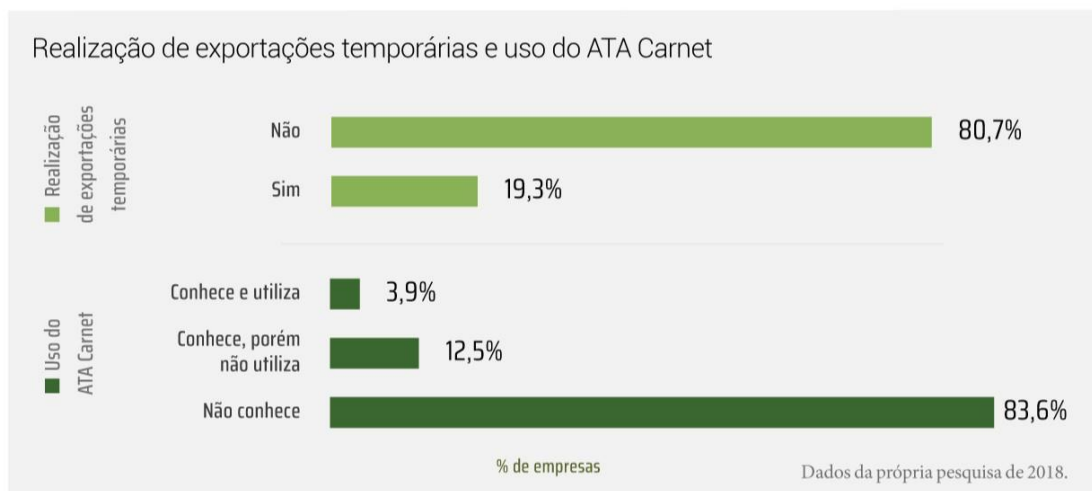
isso aumenta a possibilidade de ela exportar mais e se internacionalizar. A internacionalização, por sua vez, contribui para tornar nossa indústria mais inovadora”, afirmou.

Os dados constam da pesquisa Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras de 2018, realizada pela CNI em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV).

ATA CARNET - O ATA Carnet suspende a incidência de impostos sobre a permanência temporária de produtos e equipamentos. A CNI é a entidade credenciada junto à Receita Federal para emitir o documento por meio da Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN), presente nas federações das indústrias de todo o país.

Com apenas um documento, empresas podem entrar com bens em 77 países durante 12 meses. Esse documento reúne todas as informações que devem ser apresentadas na aduana de saída e de entrada, reduzindo a burocracia, tornando mais rápidos os trâmites aduaneiros e pode ser usado tanto por pessoa física quanto jurídica.

“É importante que as empresas brasileiras usem o ATA Carnet. Além de isentar a exportação de imposto, ela garante segurança jurídica para essas operações”, diz Abijaodi.



DESAFIOS À COMPETITIVIDADE – A pesquisa “Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras” de 2018 ouviu 589 empresas exportadoras entre outubro de 2017 e março de 2018 e apresenta um raio-X dos problemas que os empresários brasileiros enfrentam para poder vender bens e serviços para o exterior.

Esta nova edição da pesquisa busca dar continuidade ao monitoramento dos principais entraves do processo de exportação e avaliar mudanças ocorridas nos desafios enfrentados pelos exportadores nos últimos dois anos.

A edição anterior, publicada em 2016, mostrou que as empresas brasileiras enfrentam muita dificuldade para exportar. Dentre elas destacam-se fatores relevantes como a morosidade e a burocracia aduaneira e alfandegária; a complexidade dos documentos exigidos e do arcabouço legal que regulamenta as exportações; e o elevado custo do transporte.

SAIBA MAIS – Acesse o site [Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras 2018](#) para conhecer todos os detalhes da pesquisa.

'Indústria pode crescer se governo aprovar concessões e reformas', diz economista

04/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 02-02-2019)

A indústria nacional teve um desempenho pior do que o esperado no ano passado, impactada pela queda nas exportações de manufaturados para a Argentina, na avaliação do ex-diretor do Banco Central e consultor da Schwartsman e Associados, Alexandre Schwartsman. Ontem, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que a produção industrial brasileira cresceu 1,1% em 2018, mas a trajetória ao longo dos meses foi de perda de ritmo, segundo a Pesquisa Industrial Mensal.

Para ele, 2019 pode ser um ano melhor para a indústria, se o mercado interno se aquecer e conseguir compensar parte da queda das vendas de manufaturados para o exterior. Mas, para isso, diz, o governo deve aprovar um pacote de concessões e avançar nas reformas estruturais. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Os números mostram que o crescimento da indústria passou a ser menos intenso a partir de junho de 2018. Podemos atribuir isso à greve dos caminhoneiros, em maio passado?

Acho que é dar peso demais para a greve. A queda foi grande em maio, mas em junho já havia sido superada. Desconfio que o que afetou a indústria brasileira mais fortemente foi o colapso das exportações para a Argentina. A queda das exportações, pelos números dessazonalizados, entre maio e dezembro, chegou a 30% – e a 70% no caso dos automóveis.

As dificuldades da economia argentina acabaram pesando nos resultados da nossa indústria?

Sim. É preciso lembrar que quase todos os produtos que o Brasil exporta para a Argentina são manufaturados. Há uma dissociação do comportamento do consumo no Brasil, que deu sinais de recuperação, com o comportamento da indústria no segundo semestre do ano passado, que foi fraco. Acredito que as exportações para a Argentina acabaram pesando nesse sentido.

O que precisa ser feito para que a indústria tenha um 2019 melhor?

Não precisa encher o balão pelo mesmo buraco que furou. Se a Argentina está em grave crise e sem sinais claros de recuperação, as vendas para lá não parecem ser um bom caminho agora para a indústria nacional ter um resultado melhor este ano. É preciso garantir um crescimento mais forte da demanda interna. A demanda interna vai ter de recuperar parte da tração perdida pelo mercado externo. Vai ser preciso fazer com que o varejo cresça um pouco mais este ano.

Mas há sinais de que o ano será melhor?

Há algum sinal de melhora. A recuperação pode vir por meio do aumento do consumo interno de bens duráveis, como os automóveis, reprimido durante a crise, apesar de a recuperação da massa salarial não ser brilhante. O juro real tem caído um pouco mais, o que ajuda na recuperação do mercado interno. A nossa projeção é que a produção industrial cresça entre 2% e 2,5%, acima do 1,1% do ano passado.

Quais medidas econômicas podem ser tomadas para acelerar a recuperação da indústria?

A política econômica está muito travada e não tem espaço para um estímulo fiscal, como redução de impostos para compra de automóveis ou eletrodomésticos, que foi feita no passado. Vai ser preciso, então, conseguir deslanchar as concessões e fazer as reformas estruturais, para derrubar mais os juros de longo prazo e ajudar na concessão de crédito.

Crise argentina e Vale devem travar crescimento da indústria este ano

04/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 02-02-2019)

A indústria brasileira fechou 2018 com resultado decepcionante, um crescimento de apenas 1,1%.

E, segundo analistas, 2019 não deve ser tão diferente. A recessão argentina e a redução na produção da Vale em decorrência do rompimento da barragem em Brumadinho já fazem economistas reverem, para baixo, as projeções de crescimento do setor para este ano.

O Ibre, da FGV, estimava, em dezembro, uma alta de 2,5% na indústria em 2019. Agora, após analisar as consequências da crise no país vizinho, prevê 1,8%, e ainda fará uma nova redução para incluir os efeitos da Vale. A Tendências Consultoria, que projetava 3,5%, também está revendo o número para baixo – o dado ainda não foi fechado.

A crise instalada na Argentina, com poucas perspectivas de recuperação no curto prazo, tem um papel crucial nesse novo desempenho fraco, já que o país vizinho é destino importante para as exportações das fábricas brasileiras. No caso da indústria de transformação, a mais afetada, o Ibre reduziu sua projeção de crescimento de 2,8% para 1,4%.

Além das montadoras e das companhias de autopeças, empresas como Braskem e Alpargatas, que têm na Argentina um de seus principais mercados, devem ser prejudicadas.

No terceiro trimestre do ano passado, o lucro bruto da Alpargatas na Argentina, por exemplo, já recuou 67,2%. No mesmo período, o PIB do país caiu 3,5% e as importações, 10,2% – o Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina. A Anfavea (associação das montadoras) projeta uma redução de 6,2% nas exportações deste ano, após queda de 17,9% em 2018.

“Hoje, a principal fonte de incerteza na indústria está relacionada à Argentina, e isso só deve diminuir a partir de julho”, destaca a economista Luana Miranda, do Ibre. Para Rafael Cagnin, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), outras instabilidades externas, como a guerra comercial, podem se acentuar e serem mais um entrave para o setor.

Segundo Luana, o desempenho da indústria no mercado interno também deve ser fraco por causa da lenta retomada do mercado de trabalho. Portanto, uma melhora nas exportações seria essencial para o setor ter um resultado significativo.

Vale

Para a indústria extrativa – que inclui as atividades da Vale –, o Ibre projetava uma alta de 2,6% neste ano. O segmento seria o principal propulsor da indústria. Porém, o impacto de Brumadinho não poderá ser desprezado. A extração de minério de ferro é responsável por 40% do PIB do segmento, e a Vale, que já anunciou uma redução de 10% na produção, é responsável quase pela totalidade disso.

O economista Lucas Silva, da Tendências, lembra que o índice de expectativa da indústria é o que tem se recuperado mais lentamente.

Enquanto os de serviços e de comércio já ultrapassaram a barreira dos 100 pontos, o que indica otimismo, o da indústria ainda está na casa dos 90 pontos.

É preciso plano de inteligência artificial

04/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

É fundamental o Brasil acordar para essa necessidade, já estamos atrasados

O Brasil precisa de um plano nacional de inteligência artificial. Nenhum país no mundo de hoje pode se dar ao luxo de não fazer nada com relação a essa tecnologia. Os sinais que apontam para essa necessidade estão em toda parte.

A começar pela irresponsabilidade de Brumadinho. Se ainda não tinha ficado claro que o modelo de desenvolvimento do país está esgotado, Brumadinho desenhou isso no relevo de Minas Gerais da forma mais trágica possível. É preciso construir um novo modelo de desenvolvimento para o país que seja intensivo em capital intelectual e capaz de desenvolver produtos e serviços de maior complexidade econômica.

A **Folha** mostrou na semana passada estudo da UnB (Universidade de Brasília) que prevê que 54% dos empregos formais correm o risco de desaparecer no Brasil até 2026.

O estudo foi realizado aplicando em nosso país a metodologia desenvolvida por Carl Frey e Michael Osborne, pesquisadores de Oxford.

Nas contas deles, os Estados Unidos perderão 47% dos empregos. Países pobres perderão mais.

Inteligência artificial não é somente um “setor” da economia. Ao contrário, essa tecnologia deve ser vista hoje como parte da infraestrutura de qualquer país, pois é capaz de gerar externalidades positivas para todas as atividades produtivas, tornando-as mais competitivas e eficientes.

Isso sem falar na questão de segurança nacional: países que não dominam inteligência artificial ficam cada vez mais para trás no terreno geopolítico.

Por isso é fundamental o Brasil acordar para essa necessidade. Já estamos atrasados.

Hoje são vários os países do mundo que já têm planos nacionais de inteligência artificial. Dois deles já são notórios: China e Estados Unidos. Outros incluem Canadá, França, Reino Unido, Singapura e assim por diante.

Quanto mais o tempo passa, mais difícil fica responder aos desafios dessa tecnologia. Mas o que deve conter um plano nacional de inteligência artificial? Ao menos quatro coisas.

A primeira é um programa amplo de capacitação para lidar com inteligência artificial. É preciso formar uma geração de pessoas capazes de pensar e implementar projetos nesse campo. Esse esforço vai da escola ao ensino superior.

O segundo é institucionalizar essa política, em parceria com o setor privado e a comunidade científica. O Reino

Unido, por exemplo, criou agências de inovação para promover a integração entre os diversos setores, de forma ética e segura. Um exemplo é o Centre For Data Ethics and Innovation.

O terceiro ponto é criar uma política nacional de gestão de dados, especialmente dados públicos. A matéria-prima que move a inteligência artificial são volumes avassaladores de dados. Nesse sentido, trabalhar na interoperabilidade das bases de dados, na criação de “data lakes” públicos e em uma estratégia para o tema é essencial. Tudo isso sem deixar de lado segurança e privacidade.

Por fim, é preciso trabalhar em "reskilling", isto é, preparar o contingente de pessoas que podem perder seu emprego para novas funções.

Estamos vivendo uma primavera da inteligência artificial. Que irá se converter em inverno para todos os países despreparados para lidar com o tema.

Reader

Já era Não fazer nada com relação a inteligência artificial

Já é Promover "reciclagem profissional"

Já vem Promover "reskilling"

Ronaldo Lemos - Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro.

Inteligência artificial faz trabalho de contador

04/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 02-02-2019)

Startups investem em tecnologias para cumprir funções repetitivas, como preencher formulários e recolher

Startups querem deixar para os robôs atividades como pesquisar a alíquota de imposto que deve ser paga em cada venda, organizar informações sobre entradas e saídas de recursos, preencher formulários de recolhimento de imposto e digitar dados de extratos e notas fiscais.

Com isso, esperam mudar a rotina de contadores e a relação que as empresas menores têm com esses profissionais.

A Contabilizei, de Curitiba, recebeu em janeiro R\$ 75 milhões de fundos de investimento para avançar em projeto do tipo. Ela aposta em automação para atender a partir da internet 10 mil pequenas empresas com uma equipe de 25 contadores, de um total de 240 funcionários —boa parte dedicada à área de tecnologia.

O sistema da startup calcula o valor de impostos que deve ser pago e acelera o preenchimento de declarações a partir das notas fiscais emitidas digitalmente pela empresa cliente.



Vinicius Bastos, sócio da Munddo, que passou a usar tecnologia na contabilidade - Gabriel Cabral/Folhapress

Vitor Torres, fundador e presidente da empresa, diz que a ideia é automatizar todo o trabalho repetitivo, que, afirma, toma a maior parte do tempo da maioria dos profissionais da área. Segundo Torres, o avanço da tecnologia irá mudar o papel do contador, passando a orientar seus clientes na gestão do negócio.

"Antes, com a quantidade de trabalho manual envolvido nas operações contábeis, sobrava menos tempo para o contador colocar sua inteligência de interpretação de dados a favor dos empresários."

Outra empresa jovem que quer mudar dinâmicas de apuração e pagamento de impostos é a Omie Experience, que fornece um sistema para organizar as informações financeiras de pequenas empresas.

A companhia passou a usar inteligência artificial na emissão de notas fiscais em outubro.

No serviço da startup, quem faz uma venda para outra empresa informa o produto, seu CNPJ e o do comprador. O software analisa qual a situação em que a operação se enquadra e as regras que devem ser aplicadas, incluindo valor do imposto a ser pago e por quem deve ser recolhido.

Marcelo Lombardo, fundador da Omiexperience, diz que, com o avanço da tecnologia, não será mais preciso que o contador use seu tempo pesquisando se houve mudanças na lei e conferindo se há erros no modo como a empresa paga seus impostos. “[Na relação tradicional] O contador ainda atua como auditor de nota fiscal, buscando erros quando o estrago já está feito.”

Vinicius Roveda, fundador da Conta Azul, também fornecedora de sistema de gestão para pequenas empresas, diz que o contador deve ser mais participativo na administração dos negócios de seus clientes conforme a tecnologia avance.

Em outubro, a companhia começou a fornecer para parte dos clientes versão de seu software que, a partir de integrações com sistemas bancários e da Receita, identifica e classifica entradas e saídas da conta da empresa e as envia em tempo real para seu contador.

“O contador passa a enxergar o que acontece na empresa do cliente em tempo real. Antecipa problemas que antes ele só veria um mês depois.”

Vinicius Bastos, sócio da Munddo, que importa kits para automação residencial, diz que a tecnologia deu mais agilidade e diminuiu os erros.

Antes de adotar sistema para automatizar o preenchimento de notas, um profissional da empresa fazia uma revisão das alíquotas dos produtos para atualizar os valores a serem lançados a cada dois meses. Como seria possível haver mudança entre uma conferência e outra, Bastos diz que nem sempre dava para trabalhar com os percentuais corretos.

Reynaldo Lima Junior, presidente do Sescon-SP (sindicato que reúne escritórios contábeis), diz acreditar que o avanço da inteligência artificial sobre as atividades repetitivas da contabilidade é inevitável e positivo. “Dizem que a profissão vai acabar em dez anos. Acho que não, ela vai se tornar muito mais intelectual”, diz ele.

O escritório de contabilidade Roit, de Curitiba, decidiu aderir à tecnologia e criou, no ano passado, um sistema que lê documentos fiscais e extrai as informações mais importantes. Antes, o escritório recebia a cada 15 dias pastas com centenas de notas para serem classificadas e terem as informações digitadas no computador. Agora, a companhia fornece aos clientes um escâner para permitir o processo de envio das informações para o robô.

Indústrias de São Paulo querem entrar na Justiça contra reajuste de preço do gás

04/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Setor estimava que o reajuste seria entre 15% e 18%, mas foi de 33%

Setores da indústria de São Paulo foram surpreendidos pelo reajuste da tarifa do gás na área da concessão da Comgás —alta de 33%— e podem iniciar ações legais. A Arsesp, agência que regulamenta o saneamento e a energia no estado, publicou a revisão na sexta-feira (1).



Estação de compressão de gás natural de São Carlos (SP). - Edson Silva - 26.jul.13/Folhapress

“Estudamos o assunto e vamos incluir todas as possibilidades de questionamento da agência em várias esferas”, diz Carlos Cavalcanti, diretor de infraestrutura da Fiesp. A última notícia sobre os preços do gás havia sido divulgada pela Arsesp em outubro, o que fez com que os consumidores não soubessem qual seria a intensidade do reajuste, afirma Cavalcanti.

A falta de dados não é responsabilidade da Arsesp, mas do fornecedor de gás, segundo Paulo Góes, diretor de relações institucionais da agência. “Para termos as informações, é fundamental que disponhamos dos faturamentos da Petrobras para o distribuidor do gás, que não tem recebido as faturas.”

As indústrias estimavam que o reajuste seria entre 15% e 18%, e não de 33%, segundo Lucien Belmonte, superintendente da Abividro. “O barril de petróleo está mais baixo do que o do último cálculo, em maio de 2018, e o dólar está próximo. Estamos com ódio no coração. Analisamos medidas administrativas e jurídicas.”

O mecanismo de reajuste prevê correção da flutuação de preços e câmbio de um exercício passado no ano seguinte. Esse valor foi superestimado, afirma Belmonte. “Não é só esse ajuste, há ainda a atualização do custo do próprio gás”, diz Góes.

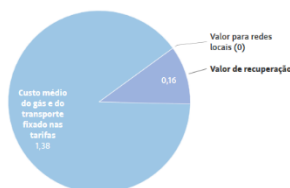
Preços mínimos e máximos de gás pelo tamanho do consumo industrial

Parcela fixa R\$ por mês	Parcela variável R\$ por m³
Até 50 mil de m³	202,86
Mais de 2 milhões de m³	132.729,68

Fonte: Arsesp

Composição de tarifa do gás na área da concessão

Em R\$ por m³



Fonte: Arsesp

Sindicato de metalúrgicos vende seus carros com desconto de 40% para diretores

04/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

A benesse foi estendida a funcionários do sindicato, o que gerou perda de receita de R\$ 1,8 milhão.

Em crise, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes pôs 101 automóveis à venda em agosto do ano passado. Na compra, diretores e assessores do próprio sindicato foram agraciados com um desconto de 40% em relação à tabela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Com a benesse, que também foi estendida aos funcionários do sindicato, a entidade abriu mão de uma receita adicional de cerca de R\$ 1,8 milhão.

Foi do presidente do sindicato, Miguel Torres, a decisão de conceder esse desconto, seguindo uma lista de prioridades também fixada por ele.



Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes - Divulgação

Por esse critério, tiveram preferência os diretores do sindicato, seguidos por assessores que trabalham com carros e, por fim, os demais funcionários da entidade.

Entre os beneficiados está o próprio presidente do sindicato. Torres pagou R\$43,9 mil por um Duster Dakar 2016 avaliado em R\$ 73 mil pela tabela de julho do ano passado.

O secretário-geral do sindicato, Jorge Carlos de Moraes (Arakém), comprou por R\$ 39,4 mil um Honda City 2017 avaliado em 65,6 mil.

O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, por sua vez, desembolsou R\$ 28,2 mil pelo HB20 da Hyundai de 2015.

Reunidos em julho do ano passado, os diretores do sindicato decidiram dar um desconto de 20% na venda dos carros para os integrantes do sindicato.

Dias depois, no entanto, Torres decidiu ampliar esse desconto para 40%. Como quatro carros já tinham sido vendidos 20% abaixo do valor da tabela, parte do dinheiro teve que ser devolvida aos seus compradores.

Noventa e sete carros foram vendidos segundo esse critério. Os demais foram encaminhados a concessionárias. Em geral, os diretores compraram os carros dos quais já dispunham. O pagamento foi feito à vista ao sindicato.

Para as atividades sindicais, a entidade contratou uma cooperativa para aluguel de automóveis. Filiado à Força Sindical, o sindicato dos Metalúrgicos tem 61 diretores com direito a salário que varia de R\$ 10 mil a 12 mil, além de dois funcionários e um carro. Um de seus assessores também tem direito a carro.

Pela tabela Fipe, a frota do sindicato poderia valer R\$ 4,5 milhões. A venda dos carros rendeu R\$ 2,7 milhões. Procurada, a tesoureira do sindicato, Elza de Fátima Costa Lopes, disse ter acatado a decisão de Torres.

Procurado desde quinta-feira (31), o comando do sindicato não se manifestou. "Foi ordem do presidente Miguel Torres", afirmou Elza.

Ex-mulher de Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força Sindical, Elza também comprou um carro com 40% de desconto. Ela pagou R\$ 44,7 mil por um Elantra 2016 avaliado a R\$ 74,4 mil.

Para cobrir suas dívidas, o sindicato também vendeu para uma cooperativa de créditos o prédio anexo à sua sede. O edifício foi vendido a R\$ 6 milhões. Mas sindicalistas afirmam que valeria mais.

A venda do imóvel foi aprovada em assembleia, mas ocorreu sem licitação. Desde o ano passado, o sindicato enfrenta uma série de reveses. Foi, por exemplo, obrigado a pagar mais de R\$ 3,1 milhões a um metalúrgico, cuja indenização entrara há um ano no cofre do sindicato sem que o trabalhador tivesse sido informado.

Há também dívidas trabalhistas. Desde 2017, com a redução de recursos destinados aos sindicatos, já foram demitidos pelo menos 72 funcionários e desligados outros 40 colaboradores da entidade.

GM usa número velho de investimento para pedir incentivo ao governo de SP

04/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Empresa diz que pretende investir R\$ 9 bilhões, mas não se trata de dinheiro novo

A General Motors afirma que pretende investir R\$ 9 bilhões em São Paulo e, para isso, recorre ao governo do estado em busca de incentivos fiscais.

Contudo, não se trata de dinheiro novo: o valor faz parte de um plano antigo, anunciado pela montadora em julho de 2015.



Trabalhadores da GM protestam contra redução de direitos em São José dos Campos - Divulgação/ Sindmetal

Na época, a empresa confirmou que o investimento total no país seria de R\$ 13 bilhões, valor a ser aplicado até 2020. Por enquanto, apenas um terço desse montante teve a destinação confirmada.

Com a queda nas vendas no mercado interno entre 2014 e 2016, a empresa retardou a aplicação dos recursos, que estão sendo divididos entre as fábricas da montadora no Brasil.

A GM —líder de vendas no setor automotivo— argumenta que passa por dificuldades no país que podem inviabilizar parte de suas operações.

Até agora, as fábricas de São Caetano do Sul (Grande São Paulo), Gravataí (RS) e Joinville (SC) receberam recursos para modernização.

A montadora não havia revelado o destino dos R\$ 8,5 bilhões restantes do plano inicial de investimentos.

Isso ocorre tanto pelo atraso nos investimentos quanto pelo segredo industrial: a reportagem apurou que a maior parte desse capital será aplicada na produção de veículos com maior valor agregado.

Enquanto a fábrica de Gravataí produzirá as novas gerações dos compactos Onix e Prisma a partir de julho, a unidade de São Caetano do Sul será preparada para a montagem do novo Chevrolet Tracker, utilitário esportivo que hoje é importado do México.

A versão mais em conta do Onix custa R\$ 45 mil, e o Tracker parte de R\$ 106,3 mil.

A reportagem questionou a GM sobre o fato de o investimento negociado com o governo ser a continuidade do plano anunciado em 2015, mas a empresa se recusou a comentar.

Posteriormente, publicou uma nota, na qual afirma que "está negociando condições de viabilidade para o novo e adicional investimento de R\$ 10 bilhões no período de 2020 a 2024", que se somaria aos R\$ 13 bilhões anunciados anteriormente.

Caso o investimento total em nove anos (2014 a 2023) seja de R\$ 23 bilhões, a GM terá aplicado valor cerca de três vezes superior ao que a Volkswagen investe para renovar toda sua linha de produtos no Brasil, incluindo modelos produzidos no país e importados.

Em maio de 2018, o presidente da GM Mercosul, Carlos Zarlenga, anunciou que a montadora lançaria 20 novos carros da marca Chevrolet até 2022.

A maior parte dos carros será derivada da nova plataforma GEM (sigla em inglês para "mercados globais emergentes). Mais moderna, essa base vai reduzir os custos de produção e, por consequência, tornar a empresa mais rentável no longo prazo.

Em janeiro, a montadora nos Estados Unidos confirmou que terá uma nova linha de produtos para a América do Sul.

Um desses será uma picape menor do que a S10, que possivelmente será produzida em São José dos Campos (SP). A fábrica ainda aguarda sua fatia nos investimentos. A matriz americana, porém, cobra resultados imediatos, pois investimentos antigos ainda não foram recuperados.

Entre 2008 e 2012, a empresa aplicou R\$ 5 bilhões para desenvolver os modelos Onix, Prisma, Cobalt e Spin. Com a crise, venderam abaixo do previsto para fechar as contas. Durante uma apresentação a investidores nos Estados Unidos, a presidente-executiva da GM, Mary Barra, disse que a matriz não vai continuar empregando capital para perder dinheiro.

A situação levou Zarlenga a escrever uma carta aos funcionários, prevendo tempos difíceis. Começou então a negociação com sindicatos: a montadora tenta implementar a jornada intermitente (por hora ou dia) e aumentar de 40 para 44 horas a carga horária de novos funcionários, entre outras medidas.

Os sindicatos não estão aceitando as propostas. Nesta semana, várias centrais se reuniram para decidir como tratarão o caso da GM. Procurada, a GM disse que não vai comentar nenhum dos assuntos relacionados às negociações com funcionários ou governos.

Apesar de também terem tido prejuízo com a crise entre 2014 e 2016 e ainda estarem distantes do melhor momento no Brasil, outras montadoras têm mantido seus planos de investimento de olho na retomada do mercado.

"Com ou sem crise, o Brasil continua sendo uma potência industrial, com mão de obra qualificada", disse Antonio Filosa, presidente da FCA Fiat Chrysler na América Latina.

O executivo estima que a venda de automóveis na região, excetuando o México, deve chegar a 5 milhões de unidades em 2022. O Brasil responderia pela maior parte, com 3 milhões de emplacamentos.

Em junho de 2018, Filosa divulgou que a FCA pretende investir R\$ 14 bilhões nos mercados latino-americanos até 2022. Ao todo, serão lançados 22 novos modelos das marcas Fiat, Jeep e RAM.

A Volkswagen está no fim de seu ciclo atual de investimentos, com aplicação de R\$ 7 bilhões até 2020.

O dinheiro está sendo usado na renovação da linha de produtos: o próximo lançamento é o utilitário compacto T-Cross, que chega às lojas em breve.

As vendas de veículos no país seguem em recuperação. Números prévios mostram que 199,8 mil veículos foram emplacados em janeiro, alta de 10,2% em comparação ao mesmo mês de 2018. O dado inclui carros de passeio, veículos comerciais leves, ônibus e caminhões.

Governo de São Paulo estuda minirreforma tributária às montadoras

04/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 02-02-2019)

Henrique Meirelles diz que está em estudo usar o conceito do IVA na cadeia paulista

O governo de São Paulo decidiu que não será possível atender o pleito das montadoras e antecipar os créditos relativos ao ICMS.

Em troca, acena com uma espécie de minirreforma tributária com características próprias: incluirá apenas um tributo (o ICMS), valerá apenas para São Paulo e para um único setor —no caso, o automotivo. Nesta sexta-feira (1º) pela manhã, o governo se reuniu para tratar do assunto.



Henrique Meirelles, secretário da Fazenda, ao lado do governador João Doria (PSDB) - Divulgação

O que está em estudo, disse Henrique Meirelles, secretário da Fazenda e do Planejamento, é usar o conceito do IVA (imposto sobre valor agregado), na cadeia paulista.

O IVA é o principal pilar da proposta de reforma tributária para o país entregue ao Congresso Nacional.

A medida não traria perda de receitas para o estado, mas uma simplificação tributária.

A expectativa, segundo Meirelles, é que saia do papel já nos próximos meses. “Durante os próximos meses é uma coisa viável e simplificaria a vida de todo o mundo.”

Segundo ele, a medida beneficiaria só as montadoras porque a cadeia é mais complexa.

O governo tenta entender agora se a mudança dependeria de aprovação da Assembleia Legislativa e do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).

Pelo princípio do IVA, as empresas recuperam impostos pagos em tudo o que compram para sua atividade produtiva, como insumos, desonerando a produção.

Além da simplificação tributária, o governo estuda oferecer um desconto para pagamento à vista do ICMS na produção originada de novos investimentos.

Segundo Meirelles, a General Motors —que já anunciou investimentos— passaria a ter o desconto a partir de 2023. As outras, afirmou, teriam de apresentar um projeto nesse sentido.

Desemprego elevado faz disparar o número de microempreendedores individuais

04/02/2019 – Fonte: O Estado de S. Paulo (publicado em 02-02-2019)

Desemprego elevado faz disparar o número de microempreendedores individuais

No ano passado foram abertas 2,6 milhões de novas empresas no País, uma quantidade 14% maior do que em 2017, segundo levantamento feito pela Boa Vista com base nos registros da Receita Federal. A maioria das novas companhias (77,3%) é formada por empresas no formato de Microempreendedor Individual (MEIs). São empresas praticamente de uma pessoa só, com faturamento anual de, no máximo, R\$ 81 mil.

O aumento que houve no número de MEIs no ano passado em relação ao ano anterior foi 19,3%. É a maior variação no volume de novas MEIs desde 2013, quando o levantamento começou a ser realizado pela Boa Vista.

Flávio Calife, economista da Boa Vista e responsável pelo levantamento, acredita que o número de MEIs cresceu acima da média do número total de empresas abertas no mesmo período por causa da reação ainda muito lenta do mercado de trabalho na abertura de vagas destruídas pela crise. “O desemprego elevado sustentou a abertura de MEIs”, afirma.

Quando se avalia a composição das novas empresas por setor, o serviço liderou com 58,7%, seguido pelo comércio, com 32,9%. Calife diz que o serviço liderou porque esse é o setor mais flexível da economia. “Quem perde o emprego, abre uma consultoria”, exemplifica o economista.

Quanto às regiões do País, a maior fatia de aberturas de novas companhias está em regiões com maior atividade econômica, como o Sudeste (15,6%) e o Sul (14,9%). Já o a região Norte ficou na lanterna, respondendo por apenas 2,1% do total de empresas abertas no período.

Acordo extrajudicial salta de 1,7 mil para 33,2 mil após reforma da CLT

04/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Com amparo jurídico, homologação negociada ganha adeptos entre empregadores e empregados

O volume de acordos trabalhistas extrajudiciais na Justiça disparou nas varas do país após o primeiro ano de vigência da reforma que regulamentou a modalidade. Nos 12 meses anteriores à lei, válida desde novembro de 2017, foram processados 1.742 acordos extrajudiciais.

Um ano após a reforma, foram 33,2 mil, um salto de 1.804%, segundo dados do TST (Tribunal Superior do Trabalho). Desses, quase 80% foram considerados procedentes na íntegra ou em parte.

Até então, acordos do tipo não tinham chancela da Justiça, mas alguns funcionários e empregadores arriscavam.

“Esses acordos aconteciam mesmo sem o reconhecimento jurídico. O reclamante aceitava, mas, depois, muitos processavam a empresa de novo, e o juiz anulava o acordo”, disse o advogado Reginaldo Ferreira de Carvalho logo após uma audiência no Cejusc (Centro Judiciário de Solução de Conflitos) do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na zona oeste de São Paulo.

Na semana passada, o centro promoveu uma espécie de mutirão para dar andamento às petições no fórum. Só no TRT 2 (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região), que engloba 217 varas de São Paulo e adjacências, 7.100 petições ingressaram desde novembro de 2017 —cerca de 65% foram solucionadas.

Carvalho representa Thiago Alves, 29, instrutor de trânsito que sofreu um acidente a caminho do trabalho no início de 2018. Ele ficou seis meses afastado e, quando retornou, quis se desligar da empresa. “Para eles, ficava difícil me colocar no mesmo cargo, e eu tinha outros planos”, diz.

Andrea Massei, sócia da área trabalhista do Machado Meyer, explica que a Justiça homologa acordos sobre temas em que há algum tipo de pendência ou controvérsia. “A Justiça não vai aceitar um acordo só para o pagamento daquilo que é o básico”, diz.

No caso de Thiago, a lei garantia ao funcionário estabilidade no emprego por um ano após o retorno da licença. “Queria abrir mão da estabilidade, e a empresa concordou em pagar as verbas rescisórias e me mandar embora, para que eu tivesse acesso ao FGTS e ao seguro-desemprego”, afirma. Para dar segurança jurídica, as partes pediram a homologação do acordo.

Desde que iniciaram o processo até a audiência de segunda-feira (28), passaram-se quatro meses, diz Bruno Arruda, advogado da contratante de Thiago. “Em um processo convencional, você ingressa com o pedido hoje e, em muitos casos, vai ter uma audiência só no final do ano.”

No caso da demissão da ex-gerente Gleotilde da Silva Bispo, 50, a empresa do setor de alimentação em que ela trabalhava propôs o parcelamento de verbas rescisórias.

“A necessidade de a reclamante receber os valores era grande, e a possibilidade de pagamento pelo empregador era dentro desses termos. Encontrando um ponto em comum, preferimos firmar o acordo”, diz Emerson Rodrigues Rosa, seu advogado.

Entre dar entrada com a petição, em outubro de 2018, e a audiência realizada no fim de janeiro, todas as parcelas foram pagas. “Na audiência, ela mudou de ideia e solicitou um valor a mais. Ajustamos na hora o acordo para pagar essa diferença em três vezes”, acrescenta a advogada Marcela Rezende, que foi acompanhada de Felipe Vogler, representante da empresa.

Para Massei, do Machado Meyer, o reconhecimento do acordo extrajudicial é “um grande estímulo para diminuir a judicialização de conflitos na Justiça do Trabalho”. Advogados têm reclamado, no entanto, que o TRT 2 baixou uma diretriz vetando a chamada “quitação geral” do contrato de trabalho.

“Só estão aceitando quitar as verbas discriminadas. Até é lógico, mas viola o espírito do acordo, que é encerrar qualquer tipo de litígio entre as partes. Se o acordo é sobre férias, assim o trabalhador pode entrar na Justiça depois para pedir equiparação salarial, por exemplo”, diz Aldo Augusto Martinez Neto, sócio do Santos Neto.

Mateus Hassen, juiz do Cejusc do Fórum Ruy Barbosa, diz que a decisão do tribunal “decorre de uma previsão legal que é bastante clara”. Segundo ele, a própria CLT fala em “direitos específicos” ao regular os acordos.

“Isso quer dizer que a quitação é para as verbas especificadas na petição, não se estende a verbas que não fazem parte do acordo.” Hassen diz ainda que as diretrizes da CLT para a homologação são limitadas e, para dar segurança jurídica ao processo, o tribunal listou regras mais claras.

Empresas deixam de notificar doença mental

04/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 02-02-2019)

Companhias tentam fugir de responsabilização por afastamentos decorrentes de transtornos como ansiedade e depressão

As doenças de saúde mental estão entre as campeãs de afastamentos do trabalho causados pelo ambiente laboral na avaliação do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que não são notificados pelos empregadores.

Esse descasamento entre o diagnóstico do governo e a atitude das empresas é um dos indícios da grande dificuldade em lidar com o aumento de enfermidades como depressão e ansiedade —como noticiado pela **Folha** em novembro—, ainda que o assunto ocupe espaço crescente na agenda do mundo corporativo.

“A saúde mental já é o principal tema tratado nos comitês de saúde das empresas, mas ainda é novo e cercado por dificuldades e tabus”, diz Hélder Valério, gerente de gestão e promoção de saúde da consultoria Mercer Marsh Benefícios.

A lei determina que as empresas devem preencher um documento chamado CAT (comunicação de acidente de trabalho) sempre que seus funcionários adoecerem em decorrência da atividade laboral.

Em 2016, ano mais recente para o qual há dados disponíveis, 18% das licenças concedidas pelo governo —chamadas auxílio-doença acidentário— para as 200 doenças mais comuns causadas pelo trabalho não tiveram CAT registrada.

Nos casos de transtornos afetivos bipolares, episódios depressivos e crises de ansiedade, os percentuais de afastamentos enquadrados nessa categoria, mas não notificados pelos empregadores, foram muito maiores: 83%, 76% e 62%, respectivamente.

As três enfermidades estão entre as 15 que mais geraram afastamentos sem preenchimento de CAT, segundo dados da Secretaria da Previdência.

“Quando preenche a CAT, o empregador está reconhecendo que foi o causador do problema de saúde e pode ser responsabilizado por qualquer dano”, diz a advogada Letícia Ribeiro, sócia do escritório Trench Rossi Watanabe.

Eduardo Koetz, do escritório Koetz Advocacia, ressalta que, quando o INSS determina o afastamento por adoecimento em decorrência do trabalho por mais de 15 dias, o empregado ganha estabilidade de um ano após seu retorno. Para ele, isso leva muitas empresas a tentar fugir da responsabilização pela doença.

Nos últimos anos, ocorreram tendências divergentes na atitude das empresas em relação às diferentes enfermidades de fundo psicológico.

Em 2007, 44% dos afastamentos por reação ao estresse grave não tiveram CAT registrada. Em 2016, a fatia havia caído para 23%.

O mesmo se deu em relação a episódios depressivos, com recuo de afastamentos sem notificação de 91% para —ainda elevados— 76% do total.

Na direção contrária, os percentuais de afastamentos não notificados por casos de depressão recorrentes e outros transtornos ansiosos aumentaram, respectivamente, de 75% para 83% e de 52% para 62%.

Procurado pela Folha, o INSS informou que a “decisão pericial relativa à caracterização acidentária do auxílio-doença não se vincula necessariamente à apresentação da CAT”.

O órgão acrescentou que isso “não exclui a obrigação legal da empresa quanto à emissão” do documento.

Segundo especialistas, porém, a relação de causalidade entre trabalho e doenças mentais nem sempre é facilmente estabelecida.

“Há uma tendência de querer atribuir qualquer problema à empresa, mas às vezes o vínculo não fica claro ou não procede”, afirma Letícia.

A dificuldade do mundo corporativo em lidar com a maior incidência de problemas de saúde mental também se reflete na adoção ainda baixa de políticas preventivas.

De acordo com pesquisa da Mercer Marsh Benefícios, 41% das grandes e médias empresas tinham ações voltadas para o bem-estar emocional dos empregados em 2017 no Brasil. Mas, na maior parte dos casos, eram iniciativas isoladas.

Entre as companhias que relataram ter alguma política, 67% disponibilizavam salas de descompressão —ambientes para relaxar— e 44% ofereciam serviço de massagem. Só 16%, porém, possuíam programas de apoio ao empregado (PAEs), que englobam assistência jurídica e ajuda psicológica.

“É um problema sério porque a doença mental é incapacitante e causa grande absenteísmo”, diz Hélder Valério.

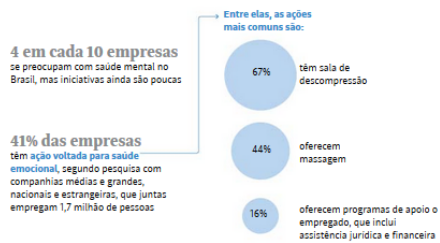
Há, no entanto, empresas que têm adotado ações mais abrangentes na esteira da percepção dos prejuízos humanos e financeiros que as doenças mentais causam.

A Edenred Brasil, que controla a Ticket, já possuía iniciativas focadas em saúde.

Recentemente, segundo José Ricardo Amaro, diretor de recursos humanos do grupo, a constatação de que os afastamentos por doenças como depressão havia aumentado levou a novos passos.

Entre eles, estão treinamentos de meditação e um programa de assistência por problemas como luto, endividamento e doenças psicológicas. O serviço, prestado de forma anônima, tem sido usado por 20% da força de trabalho.

A SAP Brasil, do setor de tecnologia, oferece uma iniciativa parecida há alguns anos, que inclui sessões extras de terapia caso o funcionário precise ultrapassar o limite do plano de saúde.



Melhores práticas de prevenção a problemas de saúde mental no mercado de trabalho

- Falar abertamente sobre saúde mental e incentivar funcionários que precisam a buscar apoio
- Facilitar e incentivar a prática de exercícios físicos e práticas como ioga e meditação
- Oferecer orientação e apoio para problemas como luto, envolvimento com drogas e dívidas
- Entender o impacto do uso da tecnologia sobre o estado emocional dos funcionários
- Orientar gestores e outros funcionários sobre limites à comunicação fora da jornada
- Jornadas flexíveis podem melhorar a qualidade de vida dos funcionários
- Medidas como troca de ambiente e sessão podem ajudar funcionários com problemas no trabalho
- Oferecer apoio ao funcionário que precisou ser afastado por problemas emocionais em seu retorno

Fonte: Especialistas. "Mental Health at Work 2018 Summary Report", relatório da YouGov e da consultoria Mercer. Secretário de Previdência (Ministério do Trabalho)

De acordo com Marcelo Carvalho, diretor de recursos humanos da companhia, recentemente, têm sido promovidas campanhas educativas sobre o uso excessivo dos canais de comunicação instantânea e o horário de reuniões.

"Apontamos questões como: 'Você precisa copiar todo mundo nesse email?'"', afirma. Especialistas afirmam que ações para reduzir a superexposição nociva à tecnologia são importantes, mas ressaltam que a efetividade de políticas preventivas pode variar de uma empresa para outra.

A Magazine Luiza oferece há muitos anos um programa de apoio psicossocial, assistência jurídica e até financeira– comandado por uma equipe própria de assistentes sociais. "Problemas financeiros, como dívidas, abalam fortemente o estado emocional do funcionário", diz Patrícia Pugas, diretora executiva de gestão de pessoas da empresa.

Em meados de 2017, após o assassinato de uma funcionária pelo marido, a rede varejista concluiu que também poderia atuar na frente da violência doméstica e lançou uma linha confidencial interna para denúncias sobre o tema. Desde então, 165 casos já foram reportados, gerando notificações à justiça e até transferências de vítimas para outras cidades.

Outro passo recomendado é ouvir os funcionários. No início de 2018, a Koin, empresa de meios de pagamento online, perguntou que serviços seus colaboradores gostariam de ter no trabalho. Inglês e psicoterapia foram as opções mais votadas. Hoje, 15 dos 61 empregados são atendidos por psicólogos no escritório da companhia em São Paulo.

A Cheesecake Labs, de Florianópolis, oferece uma espécie de bônus fixo que pode ser trocado por uma série de benefícios que os funcionários podem escolher. Os mais demandados são massagem, tíquetes-alimentação extras e aulas de ioga.



Olivia Pacheco, 28, analista de RH da Cheesecake Labs, com seu cachorro Chico - Giovanni Bello/Folhapress

A empresa, que desenvolve e exporta softwares, permite ainda que os funcionários levem os filhos e os animais domésticos para o trabalho. Olivia Pacheco, 28, costuma ir para o escritório acompanhada de seu cachorro Chico.

“Quando me sinto menos produtiva, dou um abraço nele ou saio para brincar”, diz a analista de recursos humanos.

Em contrapartida, as companhias relatam perceber os efeitos positivos de ações desse tipo: “Nosso maior ganho é uma enorme retenção de talentos”, diz Caroline Schmitz, vice-presidente de pessoas da Cheesecake Labs.

Doenças mentais estão entre as menos notificadas por empresas

- Quando há vínculo entre o exercício da profissão e uma doença, o empregador deve preencher a CAT (comunicação de acidente de trabalho). Mesmo que isso não ocorra, o INSS pode estabelecer a causalidade e determinar o afastamento do trabalhador
- O Reconhecimento do vínculo entre estresse e depressão com o ambiente laboral aumentou nos últimos anos, mas, nos casos de ansiedade e episódios depressivos recorrentes, houve queda.

Guedes desacelera abertura comercial em troca da reforma da Previdência

04/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Redução drástica de alíquota de importação, proposta por equipe econômica de Temer, foi revista

Em um esforço para aprovar a reforma da Previdência, a equipe econômica está desacelerando a prometida abertura comercial, um dos pilares da política econômica do ministro Paulo Guedes.

Em conversas com empresários, Guedes vem pedindo apoio para convencer parlamentares em prol da reforma.

Os interlocutores ficaram com a impressão de que a Previdência tem hoje o monopólio da atenção do ministro, o que significa uma trégua aos setores que temem os efeitos da concorrência internacional em seus negócios.

Um sinal são os estudos que estão sendo feitos pelo governo para reduzir a velocidade de corte das alíquotas de importação no setor de máquinas e equipamentos, uma das primeiras atividades no alvo da abertura comercial.

Os estudos ainda não foram concluídos, mas uma opção é suavizar o corte no curto prazo, deixando a queda mais forte para uma etapa posterior.

A antiga equipe econômica apoiava movimento inverso: redução imediata de 14% para 10% e cortes adicionais até chegar a 4% em três anos.

No novo formato, a redução inicial seria menos drástica, acelerando depois até a mesma linha de chegada (4%).

A Camex, conselho interministerial responsável por esta decisão, está sendo redesenhada no governo de Jair Bolsonaro em razão da fusão do Ministério da Economia. Esse processo não deve ser concluído antes da segunda quinzena de fevereiro.

Com a suavização da abertura no setor de máquinas, o governo busca desmontar a resistência do empresariado, sinalizando que vai avançar na redução do custo de produção no Brasil.

Ao mesmo tempo, tenta garantir o engajamento do setor privado pela aprovação da reforma da Previdência.

Outro sinal de moderação apontado por observadores são discussões internas no governo buscando vincular a abertura brasileira a negociações com outros países ou blocos econômicos. Inicialmente, a ideia era abrir o mercado doméstico unilateralmente.

Representantes do setor privado são simpáticos à nova abordagem. Com ela, ganha-se tempo até Guedes cumprir a promessa de só abrir a economia à medida que reduza o chamado custo Brasil.

A trégua, no entanto, deve durar cerca de dois meses, segundo um integrante do governo Bolsonaro. Este é o tempo estimado para a roda da Previdência começar a girar.

A avaliação, tanto de representantes da equipe econômica quanto de empresários, é que a reforma pode avançar mais rapidamente do que no governo Michel Temer. Isso porque, além do apoio expressado nas urnas, a opinião pública estaria convencida da necessidade da reforma.

A votação mais importante para a Previdência é a primeira na Câmara dos Deputados. Como se trata de uma emenda à Constituição, são necessárias duas votações na Câmara e duas no Senado.

A ideia é que, passada a primeira votação, com os acordos já firmados, o processo no Legislativo se torne mais fácil.

Neste contexto, assim que o debate da Previdência ganhar tração, a pauta econômica pode acionar as demais agendas, consideradas geradoras de "boas notícias" por membros do governo, mas que tampouco são triviais: simplificação tributária, modernização do Estado e abertura comercial.

Representante de um setor sensível à abertura comercial, o presidente da Abit (indústria têxtil), Fernando Pimentel, afirmou que a reforma da Previdência exige cuidado na articulação com o Congresso.

Para ele, a reforma é fundamental para viabilizar uma posterior aceleração no processo de abertura comercial.

"Essa inserção tem que vir acompanhada de uma agenda de competitividade, que leva tempo e antecede a abertura."

Parte do setor empresarial, porém, já trabalha por mais do que trégua temporária.

Dirigentes de entidades representativas da indústria, ouvidos pela Folha, dizem que irão organizar defesa enfática da reforma da Previdência. Mas querem que o governo

se comprometa em interromper o processo de abertura comercial se reformas estruturais não forem aprovadas.

Sem as reformas, dizem, o custo Brasil continuará alto e a indústria nacional não terá condições de competir sem proteção tarifária.

O que muda na estratégia de comércio internacional

14% para 10%

seria o corte imediato nas tarifas de importação se o governo Bolsonaro aceitasse a proposta da equipe econômica da gestão Temer. A redução, porém, será bem mais amena

4%

ainda deve ser a taxa ao final de três anos de governo, preservando-se a proposta original feita pelo governo anterior

Pontos que terão atenção da nova equipe econômica em paralelo a redução de taxas de importação

- Redução do chamado custo Brasil —gastos elevados com tributos, folha, logísticas, entre outros— para tornar exportações mais competitivas
- Medidas de incentivo ao aumento da produtividade de empresas locais
- Negociação com países e blocos de comércio com a meta de obter espaço para produtos brasileiros, o que descarta a proposta inicial de realizar abertura unilateral

IPCA para 2019 passa de 4,00% para 3,94%, aponta Focus

04/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

Os economistas do mercado financeiro alteraram a previsão para o IPCA – o índice oficial de inflação – em 2019.

O Relatório de Mercado Focus divulgado na manhã desta segunda-feira, 4, pelo Banco Central, mostra que a mediana para o IPCA este ano passou de alta de 4,00% para elevação de 3,94%. Há um mês, estava em 4,01%. A projeção para o índice em 2020 seguiu em 4,00%. Quatro semanas atrás, estava no mesmo nível.

O relatório Focus trouxe ainda a projeção para o IPCA em 2021, que seguiu em 3,75%. No caso de 2022, a expectativa também permaneceu em 3,75%. Há quatro semanas, essas projeções eram de 3,75% para ambos os casos.

A projeção dos economistas para a inflação está abaixo do centro da meta de 2019, de 4,25%, sendo que a margem de tolerância é de 1,5 ponto porcentual (índice de 2,75% a 5,75%). Para 2020, a meta é de 4%, com margem de 1,5 ponto (de 2,50% a 5,50%). No caso de 2021, a meta é de 3,75%, com margem de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%).

No último dia 11, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o IPCA de 2018 fechou com taxa de 3,75%.

Em dezembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC havia atualizado suas projeções para a inflação. No cenário de mercado, o BC projeta IPCA de 3,9% em 2019, 3,6% em 2020 e 3,7% em 2021.

No Focus agora divulgado, entre as instituições que mais se aproximam do resultado efetivo do IPCA no médio prazo, denominadas Top 5, a mediana das projeções para

2019 foi de 3,90% para 3,83%. Para 2020, a estimativa do Top 5 permaneceu em 4,00%.

Quatro semanas atrás, as expectativas eram de 3,96% e 4,00%, nesta ordem. No caso de 2021, a mediana do IPCA no Top 5 permaneceu em 3,75%, igual ao verificado há um mês. A projeção para 2022 no Top 5 seguiu em 3,50%, ante 3,78% de quatro semanas atrás.

Últimos 5 dias úteis

A projeção mediana para o IPCA 2019 atualizada com base nos últimos 5 dias úteis passou de 3,99% para 3,90%. Houve 92 respostas para esta projeção no período. Há um mês, o percentual calculado estava em 4,00%.

No caso de 2020, a projeção do IPCA dos últimos 5 dias úteis permaneceu em 4,00%. Há um mês, estava no mesmo patamar. A atualização no Focus foi feita por 87 instituições.

Outros meses

Os economistas do mercado financeiro alteraram a previsão para a alta do IPCA em janeiro de 2019, de 0,40% para 0,38%. Um mês antes, o percentual projetado estava em 0,37%.

Para fevereiro, a projeção foi de 0,41% para 0,36% e, para março, passou de 0,35% para 0,34%. Há um mês, os percentuais eram de 0,44% e 0,33%, respectivamente.

No Focus apresentado nesta manhã, a inflação suavizada para os próximos 12 meses foi de 4,03% para 3,99% de uma semana para outra – há um mês, estava em 3,96%.

Preços administrados

O Focus indicou mudança na projeção para os preços administrados em 2019 e 2020. A mediana das previsões do mercado financeiro para o indicador este ano passou de alta de 4,80% para 4,89%. Para 2020, a mediana foi de alta de 4,20% para elevação de 4,30%. Há um mês, o mercado projetava aumento de 4,79% para os preços administrados em 2019 e elevação de 4,00% em 2020.

As projeções atuais do BC para os preços administrados, no cenário de mercado, indicam elevações de 5,1% em 2019 e 3,9% em 2020. Estes percentuais foram informados no Relatório Trimestral de Inflação (RTI), divulgado em dezembro.

IGP-M

O relatório do BC também mostrou que a mediana das projeções do IGP-M de 2019 passou de 4,18% para 3,92%. Há um mês, estava em 4,30%. No caso de 2020, o IGP-M projetado seguiu em 4,00%, igual ao visto quatro semanas antes.

Calculados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), os Índices Gerais de Preços (IGPs) são bastante afetados pelo desempenho do câmbio e pelos produtos de atacado, em especial os agrícolas.

IPC-S fecha janeiro com alta de 0,57%, revela FGV

04/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), desacelerou em três das sete capitais pesquisadas na última quadrissemana de janeiro na comparação com a leitura anterior. A informação foi divulgada nesta segunda-feira, 4, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). No fechamento do mês, o IPC-S apresentou alta de 0,57%, após expansão de 0,29% na terceira quadrissemana de janeiro.

Conforme a FGV, os decréscimos registrados nas taxas do IPC-S em relação à quadrissemana anterior nas cidades foram os seguintes: Salvador (de 0,51% para 0,47%), Brasília (de 0,38% para 0,29%) e Rio de Janeiro (de 0,70% para 0,49%). Já os acréscimos foram verificados em Belo Horizonte (de 0,71% para 0,80%), Recife (de 0,45% para 0,48%), Porto Alegre (de 0,34% para 0,36%) e São Paulo (de 0,73% para 0,82%).

IPC-Fipe sobe 0,58% em janeiro, depois de avançar 0,09% em dezembro

04/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, subiu 0,58% em janeiro, acelerando em relação ao leve ganho de 0,09% registrado em dezembro e também ante o acréscimo de 0,43% observado na terceira quadrissemana do mês passado, segundo dados publicados hoje pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

O resultado de janeiro ficou dentro do intervalo das projeções de sete instituições de mercado consultadas pelo **Broadcast**, que iam de alta de 0,49% a 0,60%, mas acima da mediana das previsões, de +0,56%.

No último mês, quatro dos sete componentes do IPC-Fipe subiram com mais força ou migraram para inflação. Foi o caso de Habitação (de -0,43% em dezembro para 0,11% em janeiro), Alimentação (de 0,84% para 1,13%), Transportes (de -0,77% para 1,16%) e Educação (de 0,05% para 3,31%).

Por outro lado, mudaram para deflação ou avançaram de forma mais contida os segmentos Despesas Pessoais (de 0,77% para -0,23%), Saúde (de 0,27% para 0,26%) e Vestuário (de 0,20% para 0,09%).

Veja abaixo como ficaram os componentes do IPC-Fipe em janeiro:

- **Habitação: 0,11%**
- **Alimentação: 1,13%**
- **Transportes: 1,16%**
- **Despesas Pessoais: -0,23%**
- **Saúde: 0,26%**
- **Vestuário: 0,09%**
- **Educação: 3,31%**
- **Índice Geral: 0,58%**

Apenas 4 em cada 10 fundos de ações renderam acima do Ibovespa em 2018

04/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

A Bolsa subiu 15% em 2018, mas essa trajetória ficou bem longe de ser uma linha reta. Greve dos caminhoneiros, cenário externo e sobretudo as eleições transformaram o mercado acionário numa verdadeira montanha-russa. Tamanha volatilidade deixou o trabalho dos gestores mais difícil: no ano passado, apenas 43% dos fundos de ações renderam acima do Ibovespa – principal índice de ações do mercado brasileiro.

Levantamento feito pelo jornal “o Estado de S. Paulo” com dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) analisou o desempenho de 1,5 mil fundos de ações em 2018. A pesquisa excluiu fundos fechados, que investem no exterior, mútuos de privatização ou especializados em investir em uma só empresa.

Entre os fundos que se propõem a replicar índices (indexados), apenas 35,9% conseguiram bater o Ibovespa. Já entre os que pretendem superar o índice (ativos),

58,9% obtiveram sucesso. Entre os que selecionam ações que pagam mais dividendos, metade (50,9%) teve valorização acima da referência.

“Foi um ano de muita volatilidade. Por isso, alguns gestores preferiram um caminho mais conservador e não fizeram grandes apostas – esperaram o desfecho das eleições para balancear as carteiras”, afirma Sandra Blanco, consultora de investimentos da Órama.

Especialistas ponderam que é comum que fundos que se balizam por uma referência rendam menos que o índice em si, por causa dos custos para montar a carteira e da taxa de administração – que, no levantamento, variou de zero a 6% ao ano. Além disso, os gestores utilizam diferentes estratégias, uma vez que o mercado de ações mira o longo prazo – o que permite que haja percalços no curto prazo.

“Tiveram bom desempenho ano passado os fundos fortemente posicionados em estatais, que tiveram alta valorização com o cenário eleitoral, e em papéis ligados ao consumo interno, que subiram depois do resultado, que agradou o mercado”, observa Erick Scott Hood, analista de fundos da Guide Investimentos, que está otimista com a Bolsa, mirando os 120 mil pontos ao fim de 2019.

Analistas indicam o fundo como uma opção para quem deseja investir em empresas, mas não tem experiência ou disponibilidade para estudar o mercado. Além disso, o custo é mais barato do que montar uma carteira diversificada. “Fazer uma alocação em fundos mais especializados faz mais sentido do que comprar papéis à revelia”, diz Ronaldo Guimarães, sócio-diretor do banco digital Modal.

Na avaliação de Guimarães, é mais vantajoso optar por fundos ativos. “É muito importante, porém, pesquisar sobre o gestor e olhar o histórico de retorno do fundo, além da taxa de administração”, recomenda.

Informações como a taxa de administração e a estratégia do fundo podem ser encontradas na “lâmina” do fundo – documento disponível no ambiente de negociação das corretoras e também no site da CVM. Além dos ativos e indexados (passivos), há também outras alternativas, como fundos que investem em small caps (empresas de menor porte), em companhias que pagam bons dividendos ou naquelas que têm boas práticas de sustentabilidade e governança.

ETFs

Uma outra opção para acompanhar o comportamento de um índice são os ETFs (Exchange Traded Funds). Com um custo médio de 0,5% sobre o valor aplicado, eles são fundos com cotas negociadas em Bolsa cuja carteira tem o número de empresas equivalente ao peso de cada papel no índice. O Bova11, por exemplo, tem as mesmas ações que compõem o Ibovespa. A cota custa menos de R\$ 100.

“Entre um fundo passivo e um ETF, o ETF é mais vantajoso, porque tem um custo mais baixo do que a taxa de administração dos fundos”, diz Myrian Lund, pesquisadora do Ibre/FGV. “Além disso, o ETF tem mais liquidez – você pode comprar e vender a qualquer momento. Já os fundos normalmente são D+4 (o resgate leva quatro dias).”

Caso Vale ilustra o risco de investidor comprar ação de apenas uma empresa

04/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Diversificação com papéis de pelo menos cinco companhias atenua impactos em caso de crises

Um investidor que tivesse R\$ 10.000 em ações da Vale na quinta-feira (24) anterior ao rompimento da barragem da companhia em Brumadinho (MG) teria terminado a segunda-feira (28), o primeiro pregão após o episódio, com R\$ 7.550.

Teria perdido, portanto, 24,5% do valor investido em apenas um dia, a queda da companhia naquele pregão.

Já um investidor que dividisse suas aplicações seguindo o Ibovespa, principal índice acionário do país e no qual a Vale tem participação de cerca de 10%, teria visto os mesmos R\$ 10.000 virarem R\$ 9.771, ou 2,29% menos.

Essa comparação ilustra um conselho repetido com frequência por planejadores financeiros: diversificar investimentos é mais seguro do que aplicar em uma única ação.

A Vale é apenas o exemplo mais recente de como um fato isolado pode gerar dor de cabeça para quem aposta tudo em um papel — além de mostrar que a compra e a venda de ações não devem ocorrer por impulso.

“A teoria dos portfólios está aí desde o final da década de 1950, e ela mostra com cálculos que é mais vantajoso diversificar: quando uma ação cai, existem as que sobem”, diz George Sales, professor de Finanças do Ibmecc SP.

Na semana passada, não havia entre os analistas quem cravasse que a Vale enfrentaria problemas realmente graves em consequência do estouro da barragem de Brumadinho (MG).

Para quem tinha a ação da companhia e não vendeu naquele dia de violenta queda, a projeção dos especialistas é que há boas chances de recuperação das perdas. Após o tombo, corretoras reforçaram a recomendação de compra do papel, apesar de revisarem para baixo o potencial de ganho —um reflexo dos custos jurídicos, ainda não claros, da tragédia.

Os investidores devem ficar atentos a outros casos de oscilações que destoam da dinâmica do mercado acionário e podem alimentar a ambição do dinheiro fácil. Desde setembro, por exemplo, os papéis da empresa de armas Taurus registram atípica valorização, em parte por causa da expectativa de que o governo Bolsonaro vai ampliar o mercado de armas.

A ação subiu de R\$ 2,00 para R\$ 15. Atualmente, está em R\$ 4, indicando, na avaliação de analistas, que a disparada não refletia resultados e perspectivas efetivamente melhores para os negócios.

“O que impulsionou a forte valorização da empresa foi uma simples especulação. Só que o investidor tem que olhar para empresa em si, se ela é saudável, se gera lucro”, diz Rafael Panonko, analista-chefe da Toro Investimentos.

A alta não sustentada embute ainda a decisão dos controladores da companhia de vender uma participação na Bolsa. Indica, na visão de especialistas, que nem os donos da empresa acreditam nela.

“A ação sobe 10% num dia, e o investidor pessoa física vê a alta com os olhos de quem vai ganhar dinheiro fácil. Mas, quando o movimento é o contrário, machuca”, diz Panonko.

Analistas consideram que, ao escolher cinco ações, o investidor já conseguiria uma diversificação capaz de reduzir danos de eventos isolados de uma empresa na carteira de investimentos.

Com R\$ 10.000 é possível fazer essa distribuição entre papéis de empresas. Aplicações em renda variável devem representar apenas uma pequena parcela dos recursos investidos — de 5% para investidores de perfil moderado a 20% entre aqueles mais arrojados.

Um investidor moderado que deseja ter R\$ 10.000 na Bolsa deveria ter acumulado R\$ 200 mil em patrimônio.

A estratégia de aplicação desses recursos varia conforme o planejador financeiro e o interesse do investidor em acompanhar as empresas. Para quem deseja acompanhar o mercado com frequência e decidir em quais papéis investir, a sugestão é seguir carteiras mensais recomendadas por corretoras.

Todo começo de mês, os analistas selecionam ações que consideram ter potencial de ganhos. Para Sales, do Ibmecc, o ideal é ler vários relatórios, selecionar companhias que mais se destacam e formar a própria carteira.

Ao fim de um mês, é preciso rever os investimentos seguindo a mesma técnica. Se a maioria das corretoras retirou um determinado papel da carteira, provavelmente as perspectivas podem ter se modificado, mesmo após uma alta expressiva, e é importante vendê-lo para evitar perdas.

“Bolsa não é longo prazo. O dinheiro é investido por um tempo mais longo, mas o acompanhamento é feito no curto prazo”, diz Panonko.

Essa visão não é, porém, unânime entre os especialistas. Para Cesar Caselani, professor de finanças da FGV (Fundação Getúlio Vargas), o pequeno investidor deveria assumir um compromisso de mais longo prazo com o investimento após um esforço de estudo sobre as companhias.

Ele lembra que corretoras ganham dinheiro a cada compra e venda de papel, o que ajuda a explicar por que existem recomendações de negociações frequentes de papel. Ele sugere que se tenha uma visão do valor daquele negócio. “Identificar boas empresas e ficar com elas. Quanto mais se gira a carteira, maior o custo de corretagem para o investidor”, diz Caselani.

Para isso, é preciso avaliar o mercado em que a companhia está inserido, e as condições de negócio. Além disso, é preciso conhecer as regras de governança e se é uma empresa idônea. “Não pode ser uma escolha leviana. Se for leviano num mercado com esse nível de risco, vai perder dinheiro”, complementa Caselani.

Nas duas situações, de trocas mensais ou longo prazo, é preciso saber a hora de vender a ação. O caso brasileiro mais emblemático de prejuízos causados a investidores é o da OGX, de Eike Batista.

A petroleira abriu capital quando estava em fase pré-operacional —ou seja, ainda não produzia. Em 2010, as ações chegaram a valer mais de R\$ 2.000. Sem encontrar o produto nos poços perfurados, os papéis viraram pó.

“Nunca vamos conhecer alguém que ganhou sempre. Se o barco está afundando e não tem perspectiva de melhora, é preciso vender. Na hora em que se para de analisar e começa a torcer, aí há um problema”, complementa o professor da FGV. Existe no radar do pequeno investidor um outro caso traumático, o da Petrobras.

Com a euforia da descoberta do pré-sal, a estatal atraiu muita gente. Mas depois, as ações passaram a cair, processo que se acelerou com a operação Lava Jato. O cenário de perdas só mudou após a troca de governo, em 2016.

Oito anos depois, o preço do papel voltou ao patamar de 2010, mas longe da máxima histórica nominal.

“O investidor pessoa física demora a tomar a decisão de encerrar a posição e realizar prejuízo. Ele acha que vai voltar a subir”, afirma Panonko.

Como investir em ações

Sozinho

- É preciso ter conta em corretora de valores
- Escolha pelo menos cinco ações, para diversificar o risco
- A escolha pode ser feita a partir dos relatórios mensais que as corretoras enviam a clientes e publicam em seus sites
- Compare as recomendações para ver quais coincidem
- Pesquisa sobre a empresa e acompanhe o noticiário, que pode mudar as condições da companhia
- Siga também as recomendações de venda, as condições da empresa podem ter mudado
- Também é possível fazer escolhas de empresa com objetivos de mais longo prazo, mas é preciso acompanhar a empresa de perto
- **Via fundos de ações**
- Por um fundo de ação, o investidor delega a um gestor a tarefa de selecionar as melhores ações e investir
- Há cobrança de taxa de administração, que remunera o gestor, e de performance, que dá a ele parte do ganho em caso de desempenho muito superior ao indicador do mercado
- 2% a 3% sobre o patrimônio costuma ser uma taxa de administração dessa classe de fundo
- Existem diversos tipos de fundos de ações: os que investem em ações mais negociadas (blue chips), as de menor valor de mercado (small caps) ou de empresas pagadoras de dividendos, por exemplo
- Para investir via fundos de ações, o investidor precisa acreditar que o gestor tem condições de tomar melhores decisões que a média do mercado
- **Via ETFs**
- ETFs são fundos que copiam índices da Bolsa
- É possível comprar uma cota desses fundos em Bolsa, da mesma forma que se compra uma ação
- O mais famoso é o Bova11, que replica o Ibovespa
- Por ser um fundo passivo, sem o trabalho de um gestor, tem taxa de administração mais baixa, menos de 1% ao ano

Taxação do aço brasileiro pode parar na OMC

04/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

Apesar do amplo esforço do governo brasileiro para evitar ser alvo de sobretaxas no aço, a União Europeia ignorou os argumentos dos negociadores nacionais e passou a aplicar uma nova barreira contra as siderúrgicas brasileiras. As medidas entraram em vigor no sábado e, nos bastidores, empresas e membros do governo avaliam agora uma disputa nos tribunais internacionais para tentar derrubar a barreira.

No dia 4 de janeiro, a Comissão Europeia já tinha notificado a Organização Mundial do Comércio (OMC) de que investigações iniciadas ainda em março de 2018 revelaram que produtos importados no setor do aço estavam afetando de forma negativa o bloco europeu.

A investigação foi aberta depois que o governo de Donald Trump decidiu erguer barreiras ao aço mundial, criando distorções e inundando a Europa com a produção que teria o mercado americano como destino.

Entre 2013 e 2018, os europeus alegam que os produtos importados passaram de uma fatia de 12% do mercado local para 18%. Em volume, a importação praticamente dobrou.

As investigações apontaram que a importação de aço para a Europa “aumentou de forma significativa” e que a tendência é de que esse volume cresça ainda mais.

No total, 26 produtos do setor siderúrgico passaram a ser sobretaxados. A China, por exemplo, passou a sofrer restrições em 16 produtos diferentes, contra 17 da Turquia e 15 da Índia. No Brasil, o impacto é menor: sete dos 26 produtos.

O jornal "O Estado de S. Paulo" apurou que o governo brasileiro acelerou os contatos com a UE para tentar reduzir o número de produtos. Em Davos, há duas semanas, o tema esteve na pauta do primeiro encontro do chanceler Ernesto Araújo e da comissária de Comércio da UE, Cecilia Malmstrom.

Agora, o governo avalia com o setor privado se existe algum interesse em lançar uma disputa nos tribunais da OMC. Além de caro, o processo promete se estender por vários anos, diante da semiparalisa que vive o sistema de solução de disputas da entidade em Genebra.

Venda de carros cresce 10% em janeiro

04/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 02-02-2019)

A indústria automobilística brasileira iniciou o ano com vendas de 199,8 mil veículos novos, o melhor desempenho para janeiro desde 2015, quando foram vendidas 253,8 mil unidades. Em relação a igual mês de 2018, o resultado foi 10% melhor. Na comparação com dezembro, foi 14,8% inferior – tradicionalmente o último mês do ano é sempre um dos melhores em vendas.

Segundo dados preliminares do mercado, o segmento de automóveis e comerciais leves teve vendas de 191,3 mil unidades, 8,7% a mais que há um ano, mas 15% inferior a dezembro. As vendas de caminhões e ônibus somaram 8,5 mil unidades, queda de 6% ante o mês anterior.

"Ainda é um mercado morno; é preciso uma melhora no nível de emprego e da massa salarial para que os consumidores fiquem mais confiantes e os bancos voltem a emprestar mais", avalia David Wong, diretor da consultoria A.T.Kearney.

Wong acredita, contudo, que o mercado total deve crescer este ano entre 13% e 15%. A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) projeta alta de 11,4%, para 2,86 milhões de veículos.

A General Motors manteve em janeiro a liderança no mercado – posto que ocupa há três anos –, com 18,9% de participação nas vendas de automóveis e comerciais leves. O Onix continua sendo o carro mais vendido no País, com 18,8 mil unidades.

Prejuízos

Apesar do posto de líder no Brasil, a GM tem afirmado nas últimas duas semanas que opera com significativos prejuízos no País. Forçada pela matriz americana a voltar ao lucro ainda este ano, sob risco de suspensão de investimentos, a direção da montadora negocia com governos, fornecedores, revendedores e trabalhadores um plano para reduzir suas perdas.

As negociações incluem benefícios fiscais, corte da margem de lucro dos fornecedores e dos revendedores e redução de salários dos trabalhadores, entre outros itens.

Se houver "sacrifícios" de todas as partes, conforme pede o presidente da GM Mercosul, Carlos Zarlenga, o grupo poderá investir cerca de R\$ 10 bilhões no País nos próximos cinco anos, segundo fontes do mercado. No plano quinquenal recém-concluído foram investidos R\$ 13 bilhões.

A segunda colocada em vendas em janeiro foi a Volkswagen (14,6% de participação), seguida por Fiat (13,7%), Toyota (8,6%) e Renault e Ford (8,5% cada). Depois do

Onix, os modelos mais vendidos foram Ford Ka (8 mil), Hyundai HB20 (7,2 mil), Chevrolet Prisma (6,9 mil) e VW Polo (5,4 mil).

Kia Motors cresce 43,9% em janeiro

04/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 02-02-2019)



Sportage foi o Kia mais vendido em janeiro e respondeu por 417 emplacamentos.

Empresa somou 885 emplacamentos no mês; quase metade foi do SUV Sportage

A **Kia Motors** do Brasil registrou o licenciamento de 885 veículos em janeiro, volume 43,9% mais alto que o anotado no mesmo mês do ano passado. O crescimento foi cinco vezes mais alto do que a média de mercado, uma vez que os emplacamentos de automóveis e comerciais leves totalizaram 190,7 mil unidades e acréscimo de 8,7% sobre o primeiro mês de 2018.

O SUV Sportage foi o líder de vendas da Kia em janeiro, com 417 unidades emplacadas. Em seguida veio o sedã Cerato, com 234 licenciamentos. O terceiro foi o caminhão Bongo, com 177 unidades.

Como importadora, a Kia Motors do Brasil teve suas vendas bastante prejudicadas entre 2012 e 2017 pela imposição de uma cota máxima de 4,8 mil carros sem a tributação extra de 30 pontos percentuais de IPI. No ano de 2018, com o fim das restrições impostas pelo Inovar Auto, suas vendas somaram 11,7 mil veículos e cresceram 39% sobre 2017.

Ford adota nova ferramenta 3D para design de veículos

04/02/2019 – Fonte: Automotive Business



Gravity Sketch permite pular etapa de esboços no papel e traz rapidez no desenvolvimento de carros

A **Ford** está utilizando uma nova ferramenta de realidade virtual em 3D que permite projetar carros por meio de gestos a partir de rastreadores de movimentos e óculos especiais, sem que seja preciso passar pela fase de esboço em caneta e papel. Chamado Gravity Sketch, o método revoluciona o trabalho dos estúdios de **design** ajudando a reduzir o tempo de desenvolvimento dos veículos.

"Poder enxergar todos os ângulos do carro em 360 graus enquanto ele está sendo desenhado libera a criatividade e reforça nossa proposta de centrar o design no cliente desde o início de cada projeto", diz o gerente de design da Ford nos Estados Unidos, Michael Smith.

O design tradicional de automóveis começa com um esboço 2D, que depois é digitalizado para que se tenha uma imagem de alta qualidade. Mais tarde ele é transformado em modelo 3D por um software de design auxiliado por computador (CAD). Esse modelo então é transferido a um ambiente de realidade virtual para análise da viabilidade. Isso pode levar semanas e obriga os designers a selecionar com cuidado cada projeto que chega ao estágio de modelagem 3D.

Com o Gravity Sketch todo o processo é feito em questão de horas, usando desde o início um modelo 3D que permite pular o estágio 2D. Os projetistas podem criar o veículo em torno do motorista, girando e visualizando o design 3D em qualquer ângulo e tamanho, e também entrar no esboço para ajustar seus detalhes internos.

"Essa colaboração com os designers nos permitiu mergulhar em seus processos criativos e descobrir modos de ajustar o aplicativo para melhor atender às suas necessidades", diz o CEO e um dos fundadores da empresa que criou o Gravity Sketch, Oluwaseyi Sosanya.

Segundo a Ford, a introdução da nova ferramenta em todos os seus estúdios globais de design dará agilidade ao fluxo de trabalho e permitirá maior colaboração em tempo real entre os times.

GM explica investimentos e negocia novo ciclo de R\$ 10 bilhões de 2020 a 2024

04/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 03-02-2019)



Linha da GM em São José pode ser incluída em novo ciclo de investimento para produzir nova S10

Empresa envia primeiro comunicado direto à imprensa desde que iniciou negociações de cortes com trabalhadores e fornecedores

Duas semanas após ter iniciado duras negociações de cortes de custos trabalhistas e redução ou congelamento de preços com fornecedores, a GM decidiu reconhecer e explicar os investimentos de R\$ 13 bilhões que afirma já ter realizado no País nos últimos quatro anos e o próximo ciclo de **R\$ 10 bilhões** que estariam em jogo para o período 2020-2024, a depender da implantação do plano de reestruturação para conter prejuízos no País – que até agora provocou fortes reações dos sindicatos contra a montadora.

No sábado, 2, a empresa divulgou o primeiro comunicado oficial na tentativa de esclarecer os seus investimentos. O tema carecia de explicação desde o dia 18 de janeiro, quando o presidente da GM Mercosul, Carlos Zarlega, **enviou** e-mail aos funcionários (que por óbvio seria vazado à imprensa) para informar que a subsidiária dirigida por ele passava por momento delicado, com acúmulo prejuízos por três anos seguidos na região, o que exigia "sacrifícios de todos" para estancar as perdas (calculadas por fontes em cerca de R\$ 1 bilhão só em 2017).

Zarlenga destacou que para garantir o futuro da companhia no Brasil os resultados financeiros negativos não poderiam mais se repetir. A interpretação foi de uma ameaça velada de deixar o País, tendo em vista a inclusão pelo signatário no e-mail de declarações da CEO global da GM, Mary Barra, afirmando ao jornal Detroit News que a companhia não iria mais investir em operações deficitárias.

O e-mail de Zarlenga foi o ponto de partida para negociações de cortes de custos com concessionários, fornecedores e trabalhadores, além de revelar conversas com o governo do Estado de São Paulo para liberação de créditos de ICMS, calculados em torno de R\$ 400 milhões, devidos à companhia por operações de exportações.

Em diversas reuniões ao longo das duas últimas semanas com representantes de governos municipais e estaduais, além das partes afetadas pelos cortes propostos, o presidente da GM Mercosul negou a intenção de deixar o País e disse o risco era o próximo programa de investimento. A empresa não se pronunciava à imprensa e informações desencontradas dos interlocutores desses encontros lançaram muitas dúvidas sobre o que estava de fato sendo negociado, se eram aportes requestrados ou novos.

NOVO PROGRAMA DE INVESTIMENTO

É este ponto que a montadora tenta esclarecer: "A GM está concluindo o plano de investimento de R\$ 13 bilhões no período de 2014 a 2019 (...) e está negociando condições de viabilidade para o novo e adicional investimento de R\$ 10 bilhões no período de 2020 a 2024", diz o comunicado divulgado no sábado.

"Como líderes de mercado, estamos assumindo a responsabilidade de encarar os desafios de competitividade que vive a indústria para viabilizar um futuro sustentável aos nossos negócios e o devido retorno aos acionistas. Continuamos trabalhando com os sindicatos, concessionários, fornecedores e governo com o objetivo de viabilizar este novo e adicional investimento de R\$ 10 bilhões nas fábricas de São Caetano do Sul e São José dos Campos", declarou Carlos Zarlenga no comunicado.

A declaração do executivo confirma que o novo programa é destinado somente às fábricas paulistas da GM, onde a empresa afirma ter custos elevados e baixa produtividade. Em São Caetano do Sul a montadora alega já ter concluído investimento de R\$ 1,2 bilhão para ampliar a capacidade de 250 mil para 330 mil veículos/ano. A planta de São José dos Campos ficou fora do último ciclo e não recebe novos aportes desde o início desta década.

Fornecedores afirmaram a **Automotive Business** que já haviam assinado contratos para produção de componentes para dois novos SUVs a serem produzidos na antiga e já modernizada planta do ABC paulista, em projeto denominado "twins", com dois veículos derivados da plataforma GEM (sigla em inglês para "mercados globais emergentes), desenvolvida pela companhia na China. O primeiro deles (possivelmente o novo Tracker) entraria na linha de produção em dezembro próximo. Esses contratos, contudo, foram suspensos em janeiro, na tentativa de negociar preços menores ou congelados.

Também estava em negociação o desenvolvimento e fornecimento de autopeças para a nova geração da picape S10 fabricada em São José, o que também foi congelado, ainda segundo fornecedores.

Mais maduros e com menor possibilidade de reversão, estariam mantidos os investimentos nas fábricas da Região Sul: R\$ 1,4 bilhão para produzir em Gravataí

(RS) a partir de julho próximo a nova geração de Onix e Prisma (seus veículos mais vendidos, agora também derivados da plataforma GEM), com novos motores tricilíndricos 1.0 e 1.2, aspirados e turboalimentados, que também nos próximos meses começam a ser fabricados em Joinville (SC), onde a GM afirma ter investido R\$ 1,9 bilhão para quadruplicar a capacidade de produção de 120 mil para 450 mil unidades/ano.

No comunicado enviado no sábado, a empresa confirma que o plano de investimento atual de R\$ 13 bilhões de 2014 a 2019, que está sendo concluído, contempla as expansões nas fábricas de São Caetano do Sul e Gravataí, ampliação da planta de motores de Joinville, introdução de tecnologias de manufatura 4.0 nessas três unidades, além da "renovação completa da linha de produtos Chevrolet", incluindo o desenvolvimento "de novas tecnologias de eficiência energética dentro do programa Inovar-Auto (...) e de conectividade coma nova geração do sistema multimídia MyLink e o sistema de telemática OnStar".

A GM também destacou que graças aos investimentos realizados "alcançou os melhores resultados" de eficiência energética do Inovar-Auto, "com média de economia de combustível de 22% na linha, muito superior à média do mercado, que foi de 15,9%", diz a nota. Com esse porcentual de redução, a montadora pôde requerer o desconto de dois pontos percentuais do IPI dos carros que vende no Brasil.